

**“PERGUNTE À TERRA E ESCUTE O QUE ELA IRÁ TE  
DIZER”: VOZES NEGRAS NA ENCRUZILHADA DE  
DESCOLONIZAÇÃO ANTROPOLÓGICA<sup>1</sup>**

*“PREGUNTA A LA TIERRA Y ESCUCHA LO QUE ELLA TE DIRÁ”:  
VOCES NEGRAS EN LA ENCRUCIJADA DE LA DESCOLONIZACIÓN  
ANTROPOLÓGICA*

*“ASK THE EARTH AND LISTEN TO WHAT SHE WILL TELL YOU”:  
BLACK VOICES AT THE CROSSROADS OF ANTHROPOLOGICAL  
DECOLONIZATION*

**Hélen de Oliveira Soares Jardim<sup>2</sup>**

**Dulce Mari da Silva Voss<sup>3</sup>**

**Resumo**

Este ensaio teórico aborda a pesquisa antropológica junto às comunidades de terreiro na região da fronteira Brasil-Uruguaí enquanto prática de pesquisa descolonial. Propõe-se a descolonização teórico-epistemológica, política, estética e ética do campo da Antropologia mediante a produção de pesquisas que contemplem estudos de intelectuais negros/as, não só do campo antropológico, como também de autoras/es ativistas dos movimentos negros, em vista de colocar em discussão a perspectiva eurocêntrica, branca, machista e elitista que sustenta a ciência antropológica e a posiciona como conhecimento hegemônico. Colonialidade do saber e do poder que impõe a posição de subalternidade aos saberes, poderes e fazeres de sujeitos e coletividades negros/as e pessoas pretas. Compreende-se que a descolonização da Antropologia requer o deslocamento dessa relação opressiva do poder-saber científico hegemônico. Um giro epistemológico antirracista e antissexista na prática da pesquisa antropológica que se dá a partir das epistemologias negras e dos saberes, poderes e fazeres das coletividades que criam e recriam sua própria cultura baseada na preservação da ancestralidade, de valores enraizados na ligação com a terra de origem e a vida comunitária, como os povos dos terreiros. Por meio do engajamento epistêmico e político contra hegemônico, as cosmovisões negras tornam-se fonte de inspiração e expressão da produção científica renovada através da pesquisa antropológica, forças de subversão do pacto da branquitude. Nesse deslocamento político, estético, ético e teórico-epistêmico, de produção e disseminação de saberes negros insurgentes, mulheres pretas têm assumido o protagonismo enquanto autoras e ativistas. Afirma-se, assim, a necessidade de uma ação investigativa que propicie a produção de conhecimentos também no campo da Antropologia, capaz de repensá-la e reescrevê-la sob perspectiva contra hegemônica que nasce nas culturas tradicionais africanas e afro-brasileiras e se multiplica sob o viés insurgente de autores/as negros/as.

Palavras-Chave: Antropologia; pesquisa; mulheres negras; terreiros.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

<sup>2</sup> Doutoranda em Antropologia; Universidade Federal de Pelotas; Bagé, RS; [helenjbage@gmail.com](mailto:helenjbage@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Educação; Universidade Federal do Pampa; Bagé, RS; [dulcevoss@unipampa.edu.br](mailto:dulcevoss@unipampa.edu.br)

### **Resumen**

Este ensayo teórico aborda la investigación antropológica con comunidades terreiros de la región fronteriza Brasil-Uruguay como práctica de investigación descolonial. La descolonización teórico-epistemológica, política, estética y ética del campo de la Antropología se propone a través de la producción de investigaciones que incluyan estudios de intelectuales negros, no sólo en el campo antropológico, sino también de autores activistas de movimientos negros, con miras a poner en discusión la perspectiva eurocéntrica, blanca, sexista y elitista que sustenta la ciencia antropológica y la posiciona como conocimiento hegemónico. Colonialidad del conocimiento y del poder que impone una posición de subalternidad sobre los conocimientos, poderes y acciones de los sujetos y comunidades negros y de los negros. Se entiende que la descolonización de la Antropología requiere el desplazamiento de esta relación opresiva de poder-conocimiento científico hegemónico. Un giro epistemológico antirracista y antisexista en la práctica de la investigación antropológica que se produce a partir de las epistemologías negras y los saberes, poderes y acciones de comunidades que crean y recrean su propia cultura a partir de la preservación de la ascendencia, valores arraigados en la conexión con la tierra de origen y la vida comunitaria, como la gente de los terreiros. A través del compromiso epistémico y político contrahegemónico, las cosmovisiones negras se convierten en una fuente de inspiración y expresión de una producción científica renovada a través de la investigación antropológica, fuerzas de subversión del pacto de la blancura. En este cambio político, estético, ético y teórico-epistémico de producción y difusión del conocimiento negro insurgente, las mujeres negras han tomado la iniciativa como autoras y activistas. Así, se afirma la necesidad de una acción investigativa que promueva la producción de conocimiento también en el campo de la Antropología, capaz de repensarla y reescribirla desde una perspectiva contrahegemónica que nace en las culturas tradicionales africanas y afrobrasileñas y se multiplica bajo el régimen insurgente. Sesgo de los autores negros.

Palabras-clave: Antropología; buscar; mujeres negras; terrenos.

### **Abstract**

This theoretical essay addresses anthropological research with terreiro communities in the Brazil-Uruguay border region as a decolonial research practice. It proposes the theoretical-epistemological, political, aesthetic and ethical decolonization of the field of Anthropology through the production of research that includes studies of black intellectuals, not only from the anthropological field, but also of activist authors of black movements, with a view to putting into discussion the Eurocentric, white, sexist and elitist perspective that sustains anthropological science and positions it as hegemonic knowledge. Coloniality of knowledge and power that imposes a subordinate position on the knowledge, powers and actions of black individuals and collectives. It is understood that the decolonization of Anthropology requires the displacement of this oppressive relationship of hegemonic scientific power-knowledge. An anti-racist and anti-sexist epistemological shift in the practice of anthropological research that takes place based on black epistemologies and the knowledge, powers and actions of collectives that create and recreate their own culture based on the preservation of ancestry, values rooted in the connection with the land of origin and community life, such as the people of the terreiros. Through counter-hegemonic epistemic and political engagement, black worldviews become a source of inspiration and expression for renewed scientific production through anthropological research, forces of subversion of the pact of whiteness. In this political, aesthetic, ethical and theoretical-epistemic shift, of production and dissemination of insurgent black knowledge, black women have assumed the leading role as authors and activists. Thus, there is a need for an investigative action that fosters the production of knowledge also in the field of Anthropology, capable of rethinking and rewriting it from a counter-hegemonic perspective that arises in traditional African and Afro-Brazilian cultures and multiplies under the insurgent bias of black authors.

Keywords: Anthropology; research; black women; terreiros.

## **1. Introdução**

Buscamos trazer à superfície deste texto inquietações sentidas na prática de pesquisa no campo científico da Antropologia, em vista de colocar em discussão os modos como a

produção da ciência antropológica sob perspectiva eurocêntrica tornou-se hegemônica. Compreende-se que a descolonização da Antropologia requer o deslocamento dessa relação opressiva do poder-saber científico hegemônico e o fortalecimento da produção de conhecimentos contra hegemônicos pautados nas culturas subalternizadas e em conhecimentos insurgentes de intelectuais negros/as.

O interesse no estudo desta temática surge das experiências de uma das autoras, praticante da Umbanda, do Batuque e da Quimbanda em terreiros situados na região da fronteira Brasil e Uruguai. Saberes que serviram de sustentação e inspiração na pesquisa de Mestrado em Ensino na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), a qual fora sobre a educação de mulheres negras nas comunidades umbandistas da cidade de Bagé (RS). Daí veio o desejo de seguir pesquisando as culturas criadas e recriadas pelos saberes, poderes e fazeres de mulheres de terreiros, não somente umbandistas, mas no mesmo contexto geográfico e, agora, em outro campo de conhecimento, no Doutorado na Antropologia.

Adentrar no campo científico da Antropologia causou, novamente, um grande estranhamento, e esse deslocamento tem forjado a pesquisa em vista de colocar em discussão a colonialidade das ciências que posiciona a ciência antropológica como hegemônica. A Antropologia se constituiu como ciência na modernidade sob a perspectiva teórico-epistemológica eurocêntrica, branca, machista e elitista e, embora outras perspectivas tenham ganhado força nas últimas décadas do século XX, ainda prevalece uma prática de pesquisa na quais culturas populares e tradicionais são subjugadas a condição de “objeto a ser desvelado” pelos antropólogos, geralmente homens brancos, ou seja, não são as vozes de antropólogos/as negros/as, ativistas e pessoas pretas que assumem maior posição de legitimidade.

Desde a colonização, a dominação branca no mundo ocidental se deu às custas da escravização dos povos originários e tradicionais. O pensamento científico moderno funcionou, e ainda funciona, como mecanismo de imposição colonial da cultura branca, elitista e cristã. A imposição do modelo cultural eurocêntrico foi a razão dos epistemicídios praticados nos países colonizados. Colonização que se desdobra no colonialismo cada vez mais evidente diante das formas mais brutais do racismo, xenofobismo e sexismo contemporâneo. O colonialismo se configura mediante uma complexa rede de práticas, trocas simbólicas, gerando efeitos específicos na produção subjetiva de cada grupo ou indivíduo submetido a colonialidade do ser, do saber e do poder (MALDONADO-TORRES, 2019).

O que requer o combate sem trégua e em múltiplas frentes às manifestações implícitas ou explícitas da colonialidade contemporânea. Ou seja, uma luta política e epistêmica de enfrentamento das políticas de morte: “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2019, p. 10-11).

Novas abordagens epistemológicas nas ciências humanas e sociais têm sinalizado o compromisso político e ético de intelectuais e pesquisadores/as com os saberes advindos das culturas e lutas coletivas insurgentes. O giro epistemológico na prática da pesquisa antropológica requer que territórios constituídos por comunidades tradicionais e povos originários, em que se cultivam as ancestralidades, a ligação com a Terra e a vida comunitária, como os terreiros, sejam fonte de inspiração e expressão da produção científica renovada, descolonizada.

Como aponta Rufino (2019), os terreiros são assentamento das culturas afrodiáspóricas na América, o “chão sacralizado”, “morada de segredos”, “lugar de encantamento”, “corpo ancestral”, inventados por “povos negros-africanos desterritorializados” e seus descendentes. Nestes territórios a vida é ressignificada. O corpo é reconstituído, “na roda, nos movimentos, nas sonoridades, nos sacrifícios rituais” (2019, p. 100). Nos corpos individuais e coletivos de mulheres de terreiros são inscritas manifestações do ser/saber que alimentam potências de transmutação do mundo, das existências, muitas delas lançadas às margens.

## **2. O campo científico da Antropologia sob olhar de autores/as negros/as**

A obra “Cidade das Mulheres” (2019) da antropóloga americana Ruth Landes é estudada como uma das primeiras referências na abordagem das questões de gênero e dos estudos das comunidades de terreiro no campo da Antropologia. Sua vinda para o Brasil se deu no auge do debate da “democracia racial”, fomentada pelas produções de Gilberto Freyre. É importante destacar que ela e Freyre foram colegas, quando o mesmo estudou em Nova Iorque e ambos foram orientados por Franz Boas, sua importância referência para pensar as questões de raça no campo da Antropologia.

Na obra citada, esta antropóloga mostra as formas como as mulheres negras se organizaram dentro das comunidades de terreiros a partir do culto à terra, da produção de alimentos, do cultivo das práticas ancestrais africanas. Mulheres que também ocupavam espaços urbanos de

trabalho na cidade de Salvador (BA) para vender peixe, dar passes, lavar roupas, organizando comunidades de mulheres articuladas na produção da vida.

Os estudos de Landes (2019) apontam singularidades do Candomblé Baiano, como a tendência ao aumento gradual do poder feminino e do número de Mães-de-Santo, nos terreiros mais tradicionais da Bahia, e do de “homossexuais passivos”, nos Candomblés de Caboclo, em pleno período do pós-abolição quando nem se imaginava possível trazer para a centralidade das pesquisas antropológicas esses sujeitos como “objeto” de análise. Landes traz à tona a revitalização do estilo narrativo, inaugurando um modo de fazer pesquisa antropológica pela valorização das experiências cotidianas, investigadas via trabalho de campo.

Se por um lado, os antropólogos e sociólogos do período pensavam as comunidades negras por um viés de “purismo racial”, por uma outra abordagem, intelectuais negros faziam uma contra reflexão à tendência do purismo ao defenderem as ideias da miscigenação e intersecção de culturas. Desse modo, estes estudos favorecem a produção de uma historiografia negra, no contexto do século XXI, escrita a partir das próprias experiências de pesquisadores negros e do modo de produção de vida da população negra, e que, no contexto brasileiro, é sempre marcado por um lugar de subalternidade.

No campo científico da Antropologia, é preciso ainda enfrentar as barreiras postas pela visão eurocêntrica, sexista, machista e racista dentro e fora da academia. Como diz a antropóloga Favret-Saada (1984), em seu trabalho etnográfico, realizado durante dez anos no trabalho de campo em que experienciou de forma muito singular, afetos muito diferentes (tanto em sua trajetória ética e política quanto pessoal) e que as experiências vividas a tornaram a pesquisadora antropóloga.

A produção do campo científico da Antropologia sob perspectiva descolonial através da pesquisa remete ao movimento do pensamento como encruzilhada em que epistemologias insurgentes se encontram e constituem uma “terra” comum, um solo fecundado pela pergunta e a escuta de vozes até então silenciadas. Nesse sentido, há que se reportar ao ativismo de mulheres negras em várias partes do mundo, de intelectuais como: Zora Neale Hurston, Carolina Maria de Jesus, Maya Angelou, Ângela Davis, Lélia González, Conceição Evaristo, Oyèrónkẹ Oyèwùmí, bell hooks, Patrícia Hill Collins, Sueli Carneiro, Luíza Bairros, Grada Kilomba, entre outras.

Desarticular o ideal de branqueamento imposto pelo mito da democracia racial implica em revelar o distanciamento entre a realidade das mulheres brancas e a condição de marginalização das mulheres negras, provocado pela universalização dos valores da cultura ocidental para o conjunto das mulheres. O feminismo negro, efetuado pelas lutas de mulheres negras na sociedade brasileira e em outras partes do mundo, tem construído o caminho de alta determinação política para a possibilidade de “construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade”. (CARNEIRO, 2023, p. 320).

Ao provocar o enegrecimento dos movimentos feministas, mulheres negras trouxeram à tona a interseccionalidade das relações de gênero, raça e classe. Nas palavras de Collins e Bilge (2020), a interseccionalidade pressupõe a superação da percepção histórica e conceitual destas categorias como separadas ou opostas, de modo a entender a complexidade de interconexões e inter-relações produzidas entre saberes e fazeres de diferentes grupos, nas relações de poder interseccionais que incidem sob a construção de identidades. Estas autoras identificam a centralidade do elemento da relacionalidade como perspectiva de análise, levada adiante pelo movimento de mulheres negras no Brasil.

Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro são referências do feminismo negro na América Latina e no Brasil em razão de terem uma forte atuação na contestação da perspectiva social e epistemológica dominante de gênero. Lélia González (1935- 1994), uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR, nome mais tarde reduzido para MNU), criado em 1978, efetuou a crítica ao mito da democracia racial, a luta contra a violência e a discriminação e a defesa de políticas públicas das comunidades negras em defesa das causas de mulheres negras, ao denunciar o sexismo no próprio movimento negro, como herança racista do feminismo branco. Sua militância se estendeu também no meio acadêmico, mediante engajamento na causa da descolonização política e epistemológica (Jardim, 2022).

Segundo González (2023), a construção do discurso e do mito da democracia racial tem constituído o lugar da mulher negra a partir de um duplo fenômeno que articula o racismo e o sexismo, produzido pelas noções de mulata, doméstica e mãe preta. A dupla imagem de mulher negra, doméstica e mulata, faz emergir a noção de mãe preta, sob uma perspectiva socioeconômica que reproduz o lugar da mulher negra sob a lógica da dominação capitalista,

o que contribui para a naturalização da posição social inferior, desde a escravização negra no Brasil e na América Latina. Esta noção de mulher negra, favelada, “naturalmente, cozinheira, faxineira, servente ou prostituta” (2023, p. 240).

Noção de mulher negra que carrega um discurso ideológico baseado na crítica ao desconhecimento, encobrimento, alienação, esquecimento e um lugar de inscrição de uma verdade estruturada sobre a mulher negra, em nome da ficção de uma tomada de consciência voltada a restituir a história que não foi escrita: “a consciência exclui, o que a memória inclui” (González, 2023, p.240).

Desde a escravização até os dias de hoje, a subjetivação da mulher negra se constitui mediante objetivação – negação do estatuto de sujeito humano -, de um ser inferior à mercê dos prazeres sexuais de homens brancos e patrões. A exaltação da mulata no rito carnavalesco encobre a condição cotidiana da mulher negra, habitante da periferia que sofre os efeitos de exploração do trabalho doméstico, dentro e fora das relações familiares: “Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isso porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, mãos brancas estão aí matando negros à vontade)” (González, 2023, p.245).

Conforme González (2023) a mulher negra também é associada a figura da mãe preta, como dotada de amor e dedicação no cuidado das crianças brancas, mulher negra que amamenta, dá banho, põe pra dormir é, na verdade, fruto da cultura branca que esconde a condição racial de inferioridade e dominação para legitimar a noção de maternidade atribuída mulher branca. Pois, a mulher branca legitimada como esposa só serve para parir os filhos do senhor, mas não exerce a maternidade. A mãe é a mãe preta, e a criança branca recebe da mãe preta valores, o ensino da língua e uma série de coisas que causam a desordem dominante da cultura branca.

Já a figura da mulata foi edificada pelo mito da democracia racial para fazer emergir a mulher negra como objeto sexual, enaltecido pelo rito carnavalesco. É neste momento, que a mulher negra se transforma em rainha e torna-se sujeita de uma violência simbólica que encobre o cotidiano dessas mulheres, pois o “endeusamento carnavalesco” esconde a face da vida cotidiana destas mulheres, socialmente posicionadas como seres inferiores em vista de ocuparem, preponderantemente, a função de “empregadas domésticas” (González, 2023, p.242).

A situação da mulher negra na América Latina perpetrada por uma perspectiva de gênero nascida com o feminismo branco, também é discutida por Sueli Carneiro (1950), pensadora negra que fundou o GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra, primeira organização negra e feminista independente de São Paulo. Sobre o mito da democracia racial latino-americana, Carneiro (2023, p. 313) escreve que, no Brasil, “a violência sexual colonial é o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades”, pois o efeito da opressão machista sobre as mulheres negras tem uma profunda diferença em relação às mulheres brancas. Como diz a autora:

Fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto (CARNEIRO, 2023, p. 314).

Assim, por mais que a lógica da dominação insista em ocultar, negar e castrar tudo o que é atribuído ao negro, ao tornar pejorativas e negativas as culturas negras, a dita cultura brasileira não se faz sem que elementos da negritude nela penetrem e a transformem. Ao induzir e forçar a inferioridade e a exclusão das populações negras no mundo orquestrado pelos brancos que naturaliza a raça negra e impõe o lugar da mulher negra como objeto, o discurso da democracia racial, que só vale como mito, estabelece o racismo.

Kilomba (2019) chama a atenção ao silenciamento ocasionado pelas relações de poder quando a mulher negra é confinada a marginalização, seus modos de ser são desrespeitados, sendo capturada em uma ordem de violência colonial. Esse lugar de fala não indica um lugar de representatividade, mas sim, sobre o fato de como o conhecimento de mulheres tem sido desqualificado ou invalidado.

A discussão em torno da perspectiva de gênero inter-relacionada as categorias de classe e raça, no que se refere à constituição do sujeito mulher negra, também remete a as experiências de mulheres de terreiros. No campo da Antropologia, Ingold (2023) fala sobre a busca dos potenciais da vida humana e é nesse sentido que o espaço ocupado por mulheres nas comunidades de terreiro pode nos ensinar sobre saberes pautados na ancestralidade, na solidariedade, na coletividade, contribuindo para a renovação do pensamento científico, particularmente, na pesquisa antropológica.

Ingold (2017) escreve que na pesquisa nos terreiros é possível “vivenciar juntamente com as mulheres” e “não fazer suposições sobre elas”. Movimentos necessários para compreender culturas negras criadas no cotidiano da vida das comunidades dos terreiros. Reafirmar as análises em que o foco se dá na constituição do sujeito mulher negra em seus cotidianos, requer pensar sobre as culturas criadas por mulheres negras de terreiro que, desde o período da escravização, no pós-abolição e na contemporaneidade, inventam modos próprios de cultivar suas experiências, suas crenças e existências, resistindo aos epistemicídios coloniais do passado e do presente que desqualificam crenças e cultos afros praticados nos terreiros, territórios de diásporas africanas (Jardim, 2022).

### **3. Conclusões**

Embora, o sujeito mulher de terreiro, negra e pobre, seja forçada a conhecer desde muito cedo o lugar que a sociedade eurocentrada, cristã, capitalista e racista, nos reserva, o mundo do trabalho doméstico e da maternidade, deixando distante e, muitas vezes, impossível, o acesso aos níveis mais elevados de escolarização e a formação acadêmica, persistimos na luta por romper estas amarras, pois, outras antes de nós são fonte de inspiração.

É uma árdua tarefa - desmontar a falsa e perversa lógica advinda do cristianismo e do antropocentrismo científico, cuja referência segue sendo o homem europeu, branco, colonizador, cristão, capitalista, e que reforça desigualdades sociais, de gênero, raciais, étnicas, de origem, nacionalidade, sexualidade, e acirra violências físicas e simbólicas, jogando à margem culturas negras, indígenas, quilombolas, periféricas e dissidentes, consideradas inferiores e marginais. Requer alianças, pois já se perderam muitas vidas e outras tantas estão em jogo, corpos expostos aos poderes de controle da vida e à disposição dos poderes de morte.

Portanto, a descolonização do campo da Antropologia há de se fazer e pode ser feita através da pesquisa em que o pensamento entrecruzado de autoras/es negros/as, não só da Antropologia, mas também de outras áreas, provenha da escuta sensível das vozes silenciadas, mas que, de diferentes maneiras, forcem a vida a brotar do improvável que é a Terra.

### Referências

CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 412 p.

FAVRET-SAADA, J. *Ser Afetado*. Cadernos de Campo. São Paulo, 1991, 13, 155-161. (Tradução: Paula Siqueira)

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2023. p. 237- 258.

KILOMBA, G.. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó. 2019. 244 p.

INGOLD, T. 2017. *Antropologia versus etnografia*. Cadernos de Campo 26 (1): 222–28. Acesso em: 26 set. 2024.

JARDIM, H. O. S. *Vozes de Mulheres negras na Umbanda: a educação nos terreiros e comunidades afro-brasileiras na cidade de Bagé (RS)*. 2022. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Mestrado Acadêmico em Ensino, Universidade Federal do Pampa, Bagé. 2022.

LITERAFRO. S. C. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1426-sueli-carneiro>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MALDONADO-TORRES, N. *Analítica da Colonialidade e da Decolonialidade: Algumas Dimensões Básicas*. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón. (Orgs.) *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2019, p. 27-55; 31-61.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2019.

RUFINO, L. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro, RJ: Mórula Editorial, 2019.